

# SUMÁRIO

## T O M O I

Siglas..... 17

### TÍTULO I DA SEGURIDADE SOCIAL

#### 1

#### DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A SEGURIDADE SOCIAL

1. Introdução .....	21
2. Definição e natureza jurídica .....	22
3. Competência legislativa .....	22
4. Princípios.....	24
4.1. Universalidade da cobertura e do atendimento .....	24
4.2. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.....	25
4.3. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.....	25
4.4. Irredutibilidade do valor dos benefícios ..	26
4.5. Equidade na forma de participação no custeio.....	27
4.6. Diversidade da base de financiamento ..	28
4.7. Gestão quadripartite.....	29
4.8. Solidariedade.....	29
4.9. Precedência da Fonte de Custeio ou Contrapartida.....	30
4.10. Orçamento Diferenciado .....	32
4.11. Tabela dos princípios da seguridade social.....	32
5. Assistência social .....	33
5.1. Introdução .....	33
5.2. Definição.....	34
5.3. Objetivos .....	34
5.4. Princípios .....	34
5.5. Diretrizes.....	35
5.6. Organização e gestão .....	35
5.7. Benefício do amparo assistencial da pessoa idosa ou pessoa com deficiência carente (BPC/LOAS) .....	41
5.8. Benefício assistencial de salário mínimo do trabalhador avulso portuário .....	220
5.9. Seguro-Desemprego .....	222
5.10. Seguro-defeso do pescador artesanal .....	231

5.11. Auxílio extraordinário aos pescadores da Região Norte em decorrência da estiagem de 2023 .....	273
5.12. Outros benefícios assistenciais.....	275
5.13. Auxílio-emergencial (COVID-19) .....	276
5.14. Auxílio-inclusão.....	279
6. Saúde .....	286
6.1. Introdução .....	286
6.2. Definição e natureza jurídica .....	291
6.3. O Sistema Único de Saúde.....	291
6.4. Princípios.....	294
6.5. Acordos Internacionais .....	295
7. Previdência Social.....	299
7.1. Introdução .....	299
7.2. Evolução histórica mundial.....	300
7.3. Evolução histórica no Brasil .....	301
7.4. Definição e abrangência.....	318
7.5. Classificação dos sistemas previdenciários .....	318
7.6. Planos previdenciários brasileiros .....	319
7.6.1. Planos básicos.....	320
7.6.2. Planos complementares.....	322
8. O Direito Previdenciário .....	323
8.1. Autonomia .....	323
8.2. Definição.....	323
8.3. Relação com demais ramos jurídicos.....	323
8.4. Interpretação, fontes e hierarquia da legislação previdenciária.....	324
9. Pilares da Proteção Social no Brasil .....	329

#### 2

#### CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL

1. Introdução .....	331
2. A natureza jurídica da relação de custeio.....	333
3. Contribuições em espécie.....	334
3.1. Contribuições do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei.....	336
3.1.1. Incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício .....	336

3.1.2. Incidentes sobre a receita ou o faturamento.....	336
3.1.3. Incidentes sobre o lucro .....	340
3.2. Do trabalhador e dos demais segurados da previdência social.....	340
3.3. Sobre a receita de concursos de prognósticos .....	341
3.4. Do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.....	341
4. Arrecadação.....	343
5. Imunidade .....	344
6. Princípio da Anterioridade Nonagesimal .....	352
7. Constituição do crédito securitário.....	353
8. Progressividade.....	354
9. MORATÓRIA, PARCELAMENTO, Anistia e remissão .....	354
10. Decadência e prescrição .....	355
11. Simples Nacional .....	358

## TÍTULO II DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RGPS

### 1

#### DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. Abrangência.....	363
2. Cobertura.....	364
3. Legislação de regência.....	365
4. Administração.....	365
5. Sistemática.....	366
6. Características.....	366
7. Entidades e órgãos previdenciários.....	366
7.1. Conselho Nacional da Previdência Social.....	367
7.2. Instituto Nacional do Seguro Social – INSS .....	368
7.3. Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS).....	373

### 2

#### PRINCÍPIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1. Introdução .....	377
2. Princípio da Contributividade.....	377
3. Princípio da Obrigatoriedade da Filiação .....	378
4. Princípio do Equilíbrio Financeiro e Atuarial..	378
5. Princípio da Universalidade de Participação nos Planos Previdenciários.....	379
6. Princípio da Uniformidade e Equivalência dos Benefícios e Serviços às Populações Urbanas e Rurais .....	379
7. Princípio da Seletividade e Distributividade na Prestação dos Benefícios.....	380

8. Princípio dos Salários de Contribuição Corrigidos Monetariamente .....	381
9. Princípio da Irredutibilidade do Valor dos Benefícios .....	381
10. Princípio da Garantia do Benefício não Inferior ao Salário Mínimo .....	382
11. Princípio da Previdência Complementar Facultativa.....	383
12. Princípio da Gestão Quadripartite da Previdência Social.....	383
13. Princípio do <i>Tempus Regit Actum</i> .....	383
14. Princípio da Responsabilidade .....	384
15. Princípio da Vedação ao Retrocesso Social.....	385
16. Princípio do <i>In Dubio Pro Misero</i> .....	385
17. Princípio da Automaticidade das Prestações....	386
18. Princípio da Indisponibilidade dos Benefícios Previdenciários .....	386
19. Princípio da Territorialidade da Filiação.....	387

### 3

#### SEGURADOS, FILIAÇÃO E INSCRIÇÃO

1. Introdução .....	389
2. Segurados obrigatórios .....	390
2.1. Segurado empregado.....	393
2.2. Segurado empregado doméstico.....	418
2.3. Segurado trabalhador avulso.....	420
2.4. Segurado especial.....	424
2.5. Segurado contribuinte individual.....	593
3. Segurados facultativos.....	613
4. Filiação.....	616
5. Inscrição.....	626

### 4

#### SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO

1. Noções iniciais e definição .....	637
2. Limites.....	639
3. COMPLEMENTAÇÃO, AGRUPAMENTO E TRANSFERÊNCIA DO EXCEDENTE DOS SALÁRIOS DE CONTRIBUIÇÃO .....	660
4. Delimitação .....	725
5. Composição.....	730

### 5

#### CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

1. Introdução .....	753
2. Natureza jurídica .....	753
3. Aspecto material e temporal do fato gerador ...	755
4. Contribuições previdenciárias dos trabalhadores e demais segurados do RGPS.....	756
4.1. Empregado, trabalhador avulso e empregado doméstico.....	756
4.2. Contribuinte individual e segurado facultativo.....	761

4.3. Segurado especial.....	780	4. Acidente de trabalho por equiparação.....	1009
5. Contribuições previdenciárias da empresa e do equiparado a empresa.....	784	5. Reconhecimento.....	1010
5.1. Incidentes sobre as remunerações dos empregados e avulsos.....	786	6. Segurados cobertos.....	1020
5.2. Incidentes sobre as remunerações dos contribuintes individuais.....	812	7. Prescrição dos benefícios acidentários.....	1021
5.3. Incidentes sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura da prestação de serviços das cooperativas de trabalho.....	814	8. Principais consequências jurídicas do reconhecimento do acidente de trabalho.....	1022
5.4. Regra especial – Empresas optantes do Simples Nacional.....	817	9. Responsabilidade civil da empresa perante a Justiça do Trabalho.....	1025
6. Contribuição previdenciária do empregador doméstico.....	820	10. Ação regressiva proposta pelo INSS contra a empresa negligente.....	1026
7. Contribuições previdenciárias substitutivas da parte patronal.....	822		
7.1. Associações desportivas que mantêm equipe de futebol profissional.....	822		
7.2. Produtor rural pessoa física (PRPF).....	823		
7.3. Produtor rural pessoa jurídica (PRPJ) ...	830		
8. Substituição da contribuição previdenciária sobre as remunerações pela contribuição sobre a receita ou faturamento das empresas.....	833		
9. Arrecadação.....	858		
10. Parcelamento.....	870		
11. Encargos decorrentes do atraso no pagamento	873		
12. A retenção feita pelo contratante de serviços de cessão de mão de obra.....	874		
13. Hipóteses de responsabilização solidária.....	877		
13.1. Construção civil.....	878		
13.2. Empresas do mesmo grupo econômico.	879		
13.3. Gestores dos entes da Administração Pública Indireta.....	879		
13.4. Administração Pública.....	879		
13.5. Operador portuário e órgão gestor de mão de obra.....	880		
13.6. Produtores rurais integrantes de consórcios simplificados.....	880		
13.7. Oficial de Cartório e contratantes.....	881		
<b>13.8. Trabalho temporário.....</b>	<b>881</b>		
14. Restituição e compensação das contribuições previdenciárias.....	881		
15. Certidão negativa de débito.....	884		
16. Obrigações acessórias da empresa.....	887		
17. Das infrações administrativas.....	889		
18. Códigos de receita de contribuição previdenciária (GPS).....	890		

## 6

### ACIDENTE DE TRABALHO, MOLÉSTIAS OCUPACIONAIS E EVENTOS EQUIPARADOS

1. Introdução.....	917	1. Espécies de prestações previdenciárias.....	1041
2. Definição de acidente de trabalho.....	918	2. Classificação das prestações previdenciárias ....	1043
3. Doenças equiparadas (ocupacionais).....	919	3. Dependentes dos segurados.....	1044
		3.1. Classe I.....	1057
		3.2. Classe II.....	1086
		3.3. Classe III.....	1088
		4. Tempo de serviço e de contribuição e sua contagem recíproca.....	1089
		5. Indenização para a contagem de tempo de serviço ou de contribuição.....	1166
		6. Manutenção da qualidade de segurado no período de graça.....	1179
		7. Período de Carência.....	1224
		8. Fator previdenciário.....	1263
		9. Salário de benefício NA LEI 8.213/91 e Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS)....	1274
		9.1. Microfichas do antigo INPS.....	1453
		10. Salário de benefício na emenda 103/2019.....	1456
		11. Renda mensal inicial dos benefícios previdenciários – regras vigentes.....	1464
		12. Renda mensal inicial dos benefícios previdenciários – regramento antigo e evolução histórica.	1468
		12.1. Decreto 35.448/54 (Regulamento Geral dos Institutos de Aposentadorias e Pensões).....	1468
		12.2. Lei 3.807/1960 (Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS).....	1469
		12.3. Lei 5.316/1967 (integrou o seguro de acidentes de trabalho na previdência social).....	1470
		12.4. Lei Complementar 11/1971 (Pro-Rural) e A Previdência Social Rural.....	1470
		12.5. Lei 5.890/1973.....	1474
		12.6. Lei 6.179/1974.....	1474
		12.7. Lei 6.210/1975.....	1474
		12.8. Lei 6.260/1975.....	1474
		12.9. Lei 6.367/1976.....	1476
		12.10. Constituição Federal de 1988 (texto original).....	1477
		12.11. Lei 8.213/91 (redação original) e alterações posteriores.....	1477

12.12. Emenda 20/1998 .....	1478	12.4. Lei Complementar 11/1971 (Pro-Rural) e A Previdência Social Rural .....	1470
12.13. Emenda 103/2019 .....	1479	12.5. Lei 5.890/1973 .....	1474
9.1. Microfichas do antigo INPS .....	1453	12.6. Lei 6.179/1974 .....	1474
10. Salário de benefício na emenda 103/2019 .....	1456	12.7. Lei 6.210/1975 .....	1474
11. Renda mensal inicial dos benefícios previden- ciários – regras vigentes .....	1464	12.8. Lei 6.260/1975 .....	1474
12. Renda mensal inicial dos benefícios previden- ciários – regramento antigo e evolução histórica. ....	1468	12.9. Lei 6.367/1976 .....	1476
12.1. Decreto 35.448/54 (Regulamento Geral dos Institutos de Aposentadorias e Pen- sões) .....	1468	12.10. Constituição Federal de 1988 (texto ori- ginal) .....	1477
12.2. Lei 3.807/1960 (Lei Orgânica da Previ- dência Social – LOPS) .....	1469	12.11. Lei 8.213/91 (redação original) e altera- ções posteriores .....	1477
12.3. Lei 5.316/1967 (integrou o seguro de acidentes de trabalho na previdência social) .....	1470	12.12. Emenda 20/1998 .....	1478
		12.13. Emenda 103/2019 .....	1479

# SUMÁRIO

## T O M O II

8

### BENEFÍCIOS E SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS EM ESPÉCIE

1. Aposentadoria por incapacidade permanente (antiga invalidez).....	20	ram até a data da publicação da reforma constitucional.....	535
2. Aposentadorias voluntárias.....	75	6. Auxílio-doença (auxílio por incapacidade temporária).....	537
2.1. Aposentadoria programada urbana: comum e professor do ensino básico.....	80	7. Salário-família.....	620
2.2. Aposentadoria por idade dos trabalhadores rurais.....	115	8. Salário-maternidade.....	625
2.3. Aposentadoria por idade híbrida.....	140	9. Auxílio-acidente.....	666
2.4. A extinta aposentadoria por idade urbana.....	153	10. Pensão por morte.....	698
3. regras básicas da extinta aposentadoria apenas por tempo de contribuição sem idade mínima....	155	11. Auxílio-reclusão.....	777
4. Aposentadorias especiais.....	159	12. Abono anual.....	819
4.1. Aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos à saúde.....	160	13. Serviço social.....	821
4.2. Aposentadorias especiais das pessoas com deficiência: tempo de contribuição e idade.....	499	14. Habilitação e reabilitação profissional.....	836
5. Regras de transição das aposentadorias – emenda 103/2019.....	519	15. Benefícios especiais.....	842
5.1. Artigo 15 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	520	15.1. Aposentadoria do ex-combatente da 2ª Guerra Mundial: Lei 5.698/1971.....	842
5.2. Artigo 16 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	525	15.2. Pensão especial do ex-combatente da 2ª Guerra Mundial: Lei 8.059/1990.....	845
5.3. Artigo 17 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	527	15.3. Aposentadoria ou pensão excepcional do anistiado político, reparação pecuniária e anistiados das Leis 8.632/1993 e 11.282/2006.....	847
5.4. Artigo 18 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	531	15.4. Pensão especial vitalícia para as vítimas da Talidomida.....	853
5.5. Artigo 20 – Aposentadorias – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	534	15.5. Pensão mensal vitalícia dos seringueiros.....	855
5.6. Artigo 21 – Aposentadorias especiais por agentes nocivos – Regras de transição para os segurados que ingressaram até a data da publicação da reforma constitucional.....	534	15.6. Pensão mensal das vítimas da hemodiálise de Caruaru.....	859
		15.7. Pensão mensal das vítimas da Hanseníase.....	860
		15.8. Auxílio especial mensal dos campeões mundiais de futebol de 1958, 1962 e 1970.....	863
		15.9. Pensão especial destinada a crianças com microcefalia decorrente do Zika Vírus.....	864
		15.10. Pensão vitalícia: contaminados em Goiânia pelo Césio-137.....	872
		15.11. Pensão especial em favor de órfãos na situação de crime de feminicídio.....	873
		15.12. Pensão especial aos ex-integrantes do Batalhão Suez.....	878
		16. Benefícios extintos.....	879
		16.1. Auxílio-natalidade.....	880
		16.2. Auxílio-funeral.....	880
		16.3. Pecúlio.....	880

16.4. Abono de Permanência em Serviço .....	880	13. Complementação de aposentadorias e pensões dos antigos funcionários do departamento de correios e telégrafos.....	1178
16.5. Renda Mensal Vitalícia (Lei 6.179/74)...	880	14. Dano moral previdenciário.....	1178
16.6. Auxílio-suplementar.....	881	15. Planejamento previdenciário da aposentadoria voluntária.....	1186
16.7. Aposentadoria especial do jornalista profissional, do jogador de futebol profissional, do telefonista, do juiz classista e do aeronauta .....	882		
16.8. Aposentadoria por tempo de contribuição.....	885		

**9**

**TEMAS FINAIS SOBRE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**

1. Hipóteses de suspensão e cancelamento dos benefícios e programas de revisão.....	887
1.1. Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade Laboral – PRBI (“pente fino”).....	899
1.2. Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade (Programa Especial).....	906
1.3. Procedimento para recuperação de créditos do INSS em decorrência de saques indevidos após o óbito de titular de benefício.....	907
1.4. Procedimento geral para recuperação de créditos do INSS.....	915
1.5. Programa de Monitoramento do Pagamento Alternativo de Benefícios (PAB) e Complemento Positivo (CP).....	918
2. Autotutela da Administração Pública Previdenciária.....	925
3. Prescrição quinquenal da pretensão e decadência decenal para a revisão de benefício ou impugnação do ato de indeferimento.....	939
3.1. Prescrição quinquenal.....	940
3.2. Decadência decenal para a revisão de benefícios previdenciários.....	965
3.3. Decadência decenal para a impugnação de ato administrativo que indeferiu benefício previdenciário.....	984
3.4. Ampliação das situações de decadência pela Lei 13.846/2019.....	986
4. Reajustamento da renda mensal inicial.....	991
5. Acumulação.....	1083
6. Descontos legalmente autorizados.....	1098
7. Débito de contribuições previdenciárias e a concessão de benefícios.....	1134
8. Direito Adquirido.....	1135
9. Renúncia da aposentadoria (desaposentação) e de outros benefícios.....	1150
10. Despensão.....	1167
11. Complementação das aposentadorias dos ferroviários paga pela União.....	1168
12. Complementação de aposentadorias pagas por entidades fechadas de previdência privada.....	1177

**10**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO**

1. Definição e fases.....	1189
2. Fase inicial.....	1193
3. Fase instrutória.....	1206
4. Fase decisória.....	1284
4.1. Automação nas decisões administrativas (“robô do INSS”).....	1289
5. Fase recursal (Conselho de Recursos da previdência social).....	1298
5.1. Introdução e composição do CRPS.....	1298
5.2. Instrução processual.....	1304
5.3. Recurso Ordinário e Recurso Especial ..	1305
5.4. Procedimento recursal.....	1313
5.5. Agravo interno.....	1317
5.6. Sustentação oral.....	1317
5.7. Decisões do CRPS.....	1319
5.8. Dos prazos recursais.....	1321
5.9. Das intimações.....	1322
5.10. Enunciados e resoluções do CRPS (uniformização de jurisprudência no Plenário).....	1322
5.11. Reclamação ao Conselho Pleno do CRPS.....	1335
5.12. Embargos de declaração.....	1359
5.13. Desistência e renúncia do recurso administrativo e propositura de ação judicial.....	1360
5.14. Reforma do ato denegatório (autotutela).....	1362
5.15. Revisão de acórdão.....	1363
5.16. Conflitos de competência, conexão e continência.....	1366
5.17. Processo digital.....	1366
5.18. Processo recursal do FAP (fator acidentário de prevenção).....	1375
5.19. Processo recursal da COMPREV (compensação previdenciária).....	1376
5.20. Temas finais.....	1377
6. Fase de cumprimento das decisões administrativas.....	1377
7. Disposições diversas.....	1379
8. Processo de justificação administrativa.....	1379
9. Processo administrativo fiscal de arrecadação das contribuições para a seguridade social.....	1384
10. Súmulas administrativas do inss.....	1384

11. Autocomposição preventiva em requerimentos previdenciários firmados com o INSS/AGU ..... 1385

11

**PROCESSO JUDICIAL  
PREVIDENCIÁRIO**

- |  |  |
|--|--|
| 1. Competência jurisdicional ..... 1387  | 8. Honorários advocatícios nas ações previdenciárias ..... 1457                            |
| 1.1. Regra geral: competência da Justiça Federal ..... 1387  | 9. Ação civil pública previdenciária ..... 1462  |
| 1.2. Ações acidentárias: competência originária da Justiça Estadual ..... 1389                                 | 9.1. Listagem das ações civis públicas previdenciárias e assistenciais ..... 1466          |
| 1.3. Competência estadual por delegação ..... 1399   | 10. Intervenção do Ministério Público ..... 1535   |
| 2. Legitimidade ativa e passiva <i>ad causam</i> e formação de litisconsórcio ..... 1403                       | 11. Custas processuais ..... 1535  |
| 3. As prerrogativas do inss em juízo ..... 1408  | 12. Coisa julgada nas lides previdenciárias ..... 1536                                     |
| 4. O prévio requerimento administrativo e a reafirmação judicial da data de entrada do requerimento ..... 1419 | 13. Juros de mora e correção monetária nos processos previdenciários ..... 1541            |
| 5. Data de início do benefício por incapacidade na data de juntada do laudo pericial ou na citação ..... 1448  | 14. Perícia judicial nas causas previdenciárias ..... 1554                                 |
| 6. Impenhorabilidade, inalienabilidade e indisponibilidade dos benefícios previdenciários ..... 1452           | 14.1. Regras gerais ..... 1554   |
| 7. Autorização legal para a desistência de recursos e propositura de ações ..... 1456                          | 14.2. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) ..... 1602 |
|  | 14.3. Quesitação em perícia previdenciária ..... 1606                                      |
|  | 15. Pedido nas ações previdenciárias ..... 1611  |
|  | 16. Recurso especial e repetitivo ..... 1615   |
|  | 17. Recurso extraordinário, repercussão geral e repetitivo ..... 1621                      |
|  | 18. Ação rescisória previdenciária ..... 1623  |
|  | 19. Fase de execução nas ações previdenciárias ..... 1627                                  |
|  | 20. Sucessão processual em caso de morte do autor ..... 1634                               |
|  | 21. Mandado de segurança em matéria previdenciária ..... 1640                              |

# SUMÁRIO

## T O M O I I I

12

### PROCEDIMENTO NOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

1. Microssistema jurídico com aplicação supletiva do código de processo civil de 2015 .....	9
2. Critérios de competência: valor da causa e outros .....	12
3. Propositura da ação e sua desistência .....	22
4. Assistência judiciária gratuita .....	25
5. O inss e os seus representantes judiciais .....	25
6. Citação e contestação .....	26
7. Abolição de algumas prerrogativas do poder público em juízo .....	27
8. Vedação à intervenção de terceiros .....	29
9. Contagem dos prazos .....	29
10. Audiência de conciliação, instrução e julgamento .....	29
11. Conciliação .....	33
12. Prova pericial .....	38
13. Tutela provisória e efeitos da sua revogação .....	41
14. Custas processuais e honorários advocatícios ..	52
15. Sentença .....	53
16. Embargos de declaração .....	55
17. Procedimento na turma recursal (recurso inominado, mandado de segurança, agravo de instrumento, agravo regimental e embargos de declaração) .....	65
18. Procedimento na turma regional e na turma nacional de uniformização (incidentes de uniformização, agravo regimental, embargos de declaração e reclamação) .....	75
19. Procedimento no stj (incidente, agravo e embargos de declaração) .....	96
20. Procedimento no stf (recurso extraordinário, agravo e embargos de declaração) .....	101
21. Coisa julgada .....	103
22. Fase de execução .....	107
23. Tabela prática dos prazos nos juizados especiais federais .....	111

13

### REAJUSTAMENTO E REVISÃO DOS BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1. Revisional com base na atualização monetária dos salários de contribuição pela ORTN/OTN (Lei 6.423/77) .....	141
2. Revisional fundamentada na atualização do menor valor teto pelo INPC (Lei 6.708/79) .....	143

3. Revisão de benefício pelo índice integral no primeiro reajustamento (Súmula 260 do Tribunal Federal de Recursos) .....	144
4. Revisão administrativa de benefícios pela equivalência de salários mínimos do mês da concessão (artigo 58, do ADCT, da Constituição de 1988) .....	146
5. Revisão dos benefícios rurais para um salário mínimo (artigo 201, §5º, da Constituição Federal) .....	146
6. Revisão administrativa de benefício para a incidência de correção monetária dos 36 últimos salários de contribuição (artigo 144 da Lei 8.213/91 – “buraco negro”) .....	147
7. Reajuste da renda do benefício pela variação do salário mínimo de 147,06% do último quadrimestre de 1991 .....	158
8. Revisão de benefício pelo número de salários mínimos da data da concessão .....	158
9. Revisão de benefício na conversão da URV (Lei 8.700/93) .....	159
10. Revisão administrativa de benefício limitado ao teto do salário de benefício (Lei 8.870/94 – revisão do “buraco verde”) .....	160
11. Revisão administrativa de benefício limitado ao teto do salário de benefício – regra permanente de incidência do índice teto no primeiro reajuste (Lei 8.880/94) .....	161
12. Revisão de benefício com a inserção do IRSM de fevereiro de 1994 na atualização dos salários de contribuição (Lei 8.880/94) .....	163
13. Reajuste de benefícios pelo IPG-DI de 1997 a 2001 .....	170
14. Revisão da pensão por morte para 100% do salário de benefício (Lei 9.032/95) .....	171
15. Revisão do auxílio-acidente para 50% do salário de benefício (Lei 9.032/95) .....	173
16. Revisão de aposentadoria por incapacidade permanente (antiga invalidez) precedida de auxílio-doença (artigo 29, §5º, da Lei 8.213/91) .....	175
17. Revisão de benefício através da consideração apenas dos salários de contribuição que antecederam à formação do direito adquirido com desconsideração dos posteriores (direito ao melhor benefício/antecipação da data de início do benefício) .....	178
18. Revisão de aposentadoria por invalidez (atual incapacidade permanente), auxílio-doença, pensão por morte ou auxílio-reclusão com base no artigo 29, II, da Lei 8.213/91, com re-	

dação dada pela Lei 9.876/99 (80% dos maiores salários de contribuição) .....	184
19. Pagamento da correção monetária dos benefícios pagos com atraso por responsabilidade do beneficiário .....	202
20. Revisão com base em decisão da Justiça do Trabalho .....	203
21. Readequação do salário de benefício pelos novos tetos fixados pelas Emendas 20/98 (R\$ 1.200,00) e 41/03 (R\$ 2.400,00) para os benefícios concedidos anteriormente .....	211
22. Exclusão do fator previdenciário na aposentadoria por tempo de contribuição proporcional concedida com base nas regras de transição da EC 20/98 .....	230
23. Revisão de aposentadoria por tempo de contribuição masculina para considerar no fator previdenciário apenas a expectativa de vida dos homens .....	233
24. Revisão de aposentadoria por tempo de contribuição feminina para acrescer no cálculo fator previdenciário cinco anos na idade .....	236
25. Revisão da aposentadoria “especial” do professor para excluir o fator previdenciário .....	237
26. Revisão de aposentadoria para excluir o fator previdenciário do tempo especial convertido ao tempo comum .....	241
27. Revisão do salário de benefício para inserção de salários de contribuição anteriores ao plano real (julho/1994) (revisão da vida toda) .....	243
28. Revisão do salário de benefício nas atividades laborais concomitantes .....	252
29. Revisão do salário de benefício para a inclusão no período básico de cálculo da competência (mês) da concretização do risco social .....	260

**14**

**ACORDOS INTERNACIONAIS  
PREVIDENCIÁRIOS**

1. Introdução e regras gerais .....	263
1.1. Requerimento administrativo e deslocamento temporário .....	268
1.2. Instrução processual e decisão administrativa .....	288
1.3. Do cálculo do benefício por totalização .....	290
1.4. Períodos em RPPS .....	295
1.5. Manutenção do benefício .....	299
1.6. Intercâmbio de Informações .....	305
1.7. Imposto de Renda .....	306
1.8. Cobertura de saúde .....	308
2. Procedimento de ratificação e promulgação .....	309
3. Tratados previdenciários em vigor no Brasil .....	310
3.1. Convenção Multilateral Ibero-Americana de Seguridade Social .....	310
3.2. Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL .....	327
3.3. Alemanha .....	330

3.4. Bélgica .....	333
3.5. Cabo Verde .....	335
3.6. Canadá .....	336
3.7. Chile .....	338
3.8. Coreia (do Sul) .....	340
3.9. Espanha .....	343
3.10. França .....	347
3.11. Grécia .....	350
3.12. Itália .....	353
3.13. Japão .....	355
3.14. Luxemburgo .....	358
3.15. Portugal .....	361
3.16. Quebec .....	366
3.17. EUA .....	368
3.18. Suíça .....	370
3.19. Moçambique .....	372
3.20. Índia .....	373
3.21. Bulgária .....	376
3.22. República Tcheca .....	378
3.23. Quadro-síntese dos Acordos .....	380
4. Tratados previdenciários em procedimento de ratificação ou de promulgação pelo Brasil .....	389

**TÍTULO III  
DOS REGIMES PRÓPRIOS  
DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**1**

**NORMAS GERAIS**

1. Disposições iniciais e contagem recíproca .....	393
2. Segurados .....	479
3. Contribuições previdenciárias .....	499
4. Cálculo dos benefícios .....	519
5. Benefícios com previsão constitucional .....	526
5.1. Regras gerais e registro da aposentadoria e da pensão por morte no Tribunal de Contas .....	531
5.2. Aposentadoria compulsória por idade .....	583
5.3. Aposentadoria compulsória sancionatória dos juízes e membros do Ministério Público .....	593
6. Processo administrativo de fiscalização nos Regimes Próprios de Previdência Social .....	597
7. Regulação dos investimentos pelo conselho monetário nacional .....	598
8. Tabela das principais adis propostas no STF questionando a emenda 103/2019 .....	603

**2**

**REGIME PRÓPRIO DOS ESTADOS,  
DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS**

1. Aposentadoria por invalidez (incapacidade permanente) .....	646
2. Aposentadoria por idade, com proventos proporcionais .....	652

3. Aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais .....	653
4. Aposentadoria especial .....	656
5. Pensão por morte.....	675
6. Outros benefícios que podiam ser criados pelos Regimes Próprios de Previdência Social .....	681
6.1. Auxílio-doença.....	681
6.2. Salário-família .....	682
6.3. Salário-maternidade.....	682
6.4. Auxílio-reclusão .....	686
7. Abono de permanência.....	687
8. Regras de transição.....	695
8.1. Direito adquirido .....	697
8.2. Aposentadoria. Artigo 2º da Emenda 41/2003.....	698
8.3. Aposentadoria. Artigo 3º da Emenda 47/2005.....	700
8.4. Paridade e integralidade remuneratória entre ativos e inativos. Artigo 6º, da Emenda 41/2003 .....	704
8.5. Acumulação de remuneração com proventos de cargos inacumuláveis .....	708
9. Tempo de serviço público e ingresso no serviço público .....	711

## 3

### DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA UNIÃO

1. Introdução .....	717
2. Segurados.....	718
3. Custeio .....	719
4. Benefícios e serviços do Plano de Seguridade Social dos servidores públicos federais efetivos .....	722
4.1. Aposentadorias do servidor federal efetivo – regras permanentes.....	722
4.2. Pensão por morte do servidor federal efetivo – regras permanentes.....	760
4.3. Auxílio-natalidade .....	805
4.4. Salário-família .....	805
4.5. Licença para tratamento de saúde .....	806
4.6. Licença à gestante .....	806
4.7. Licença à adotante .....	807
4.8. Licença-paternidade.....	807
4.9. Licença por acidente de serviço .....	807
4.10. Assistência à saúde do segurado e de seus dependentes .....	808
4.11. Auxílio-funeral.....	808
4.12. Auxílio-reclusão.....	808
5. Direito adquirido e regras de transição à luz da emenda 103/2019 para os servidores efetivos federais .....	809
5.1. Direito adquirido .....	809
5.2. Artigo 4º – aposentadorias – regras de transição para os servidores federais que ingressaram até a data da publicação da Reforma Constitucional – servidores com regra ordinária e professores do ensino básico.....	820

5.3. Artigo 20 – aposentadorias – regras de transição para os servidores federais que ingressaram até a data da publicação da Reforma Constitucional – servidores com regra ordinária e professores do ensino básico.....	826
5.4. Artigo 5º – aposentadorias – regras de transição para os policiais que ingressaram até a data da publicação da Reforma Constitucional.....	827
5.5. Artigo 21 – Aposentadoria especial por agentes nocivos – regras de transição para os servidores federais que ingressaram até a data da publicação da Reforma Constitucional .....	861
6. Abono de permanência: regras permanentes e de transição .....	866
7. Regras de transição para titulares de mandato eletivo .....	868
8. Gestão de benefícios e a competência jurisdicional nas ações envolvendo o rpps federal .....	871

## 4

### DO REGIME PREVIDENCIÁRIO DOS MILITARES DA UNIÃO

1. Introdução .....	881
2. Inatividade remunerada.....	885
3. Pensão por morte.....	887

## TÍTULO IV

### DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

## 1

#### REGIME COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS

1. Disposições constitucionais e regimes criados .	897
--	-----

## 2

#### REGIME COMPLEMENTAR PRIVADO

1. Introdução e princípios informadores.....	911
2. Características Gerais.....	912
3. Disposições Comuns aos Planos de Benefícios dos Entes Abertos e Fechados.....	929
4. As Entidades Fechadas e os seus Planos de Benefícios.....	936
5. As Entidades Abertas e os seus Planos de Benefícios.....	959
6. Intervenção e Liquidação Extrajudicial dos Entes Previdenciários Privados .....	960
7. A Relação da Administração Pública com as suas Entidades Fechadas de Previdência Complementar.....	963
8. O processo administrativo para apuração de responsabilidade .....	966
9. Regulação dos investimentos pelo conselho monetário nacional .....	972

**3**

**REGIME DE PREVIDÊNCIA  
COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS EFETIVOS FEDERAIS**

1. Introdução .....	981
2. Entidades fechadas – FUNPRESP's.....	985
3. Plano de benefícios.....	988
4. Benefício especial (BE) .....	990
5. Plano de custeio e contribuições previdenciárias .....	1009
6. Recursos garantidores.....	1012
7. Controle e fiscalização .....	1012
8. Vigência do regime previdenciário .....	1013

**TÍTULO V**

**DOS CRIMES CONTRA A SEGURIDADE SOCIAL**

**1**

**PRINCIPAIS DELITOS**

1. Apropriação indébita previdenciária .....	1017
2. Sonegação de contribuição previdenciária.....	1025
3. Falsificação ou alteração de documento público contra a Previdência Social .....	1029
4. Estelionato previdenciário.....	1031
5. crimes praticados contra as pessoas com deficiência .....	1034

**APÊNDICES**

<b>Apêndice 1</b> – Regulamento do Plano de Benefícios dos Servidores Públicos Federais do Poder Executivo.....	1037
<b>Apêndice 2</b> – Regulamento do Plano de Benefícios do Poder Legislativo Federal – Plano LEGISPREV .....	1067
<b>Apêndice 3</b> – Regulamento do Plano de Benefícios do Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público .....	1097
<b>Apêndice 4</b> – Enunciados do Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais – FONAJEF .....	1129
<b>Apêndice 5</b> – Questões de Ordem da TNU .....	1141
<b>Apêndice 6</b> – Súmulas previdenciárias do STF, STJ, TNU, AGU e CRPS.....	1147
<b>Apêndice 7</b> – Regimento interno da TNU .....	1159
<b>Apêndice 8</b> – Regimento Interno do CRPS.....	1167
<b>Apêndice 9</b> – Normas Técnicas sobre tempo especial.....	1215
1. NR 15 - atividades e operações insalubres.....	1215

2. Anexo I da NR 15 - limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente .....	1216
3. Anexo II da NR 15 - limites de tolerância para ruídos de impacto .....	1217
4. Anexo III da NR 15 - limites de tolerância para exposição ao calor .....	1217
5. Anexo IV - Revogado.....	1219
6. Anexo V da NR 15 – radiações ionizantes.....	1219
7. Anexo VI da NR 15 - trabalho sob condições hiperbáricas .....	1220
8. Anexo VII da NR 15 – radiações não ionizantes .....	1273
9. Anexo VIII da NR 15 – vibração.....	1273
10. Anexo IX da NR 15 - frio .....	1274
11. Anexo X da NR 15 - umidade.....	1274
12. Anexo XI da NR 15 – agentes químicos com limite de telorância.....	1274
13. Anexo XII da NR 15 – limite de tolerância para poeiras minerais.....	1279
14. Anexo XIII da NR 15 – agentes químicos .....	1285
15. Anexo XIII-A da NR 15 - benzeno.....	1290
16. Anexo XIV da NR 15 – agentes biológicos .....	1294

**AVALIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO  
OCUPACIONAL AO RUÍDO - NHO 01**

1. Objetivo.....	1297
2. Aplicação.....	1297
3. Referências normativas .....	1297
4. Definições, símbolos e abreviaturas .....	1297
5. Critérios de avaliação da exposição ocupacional ao ruído.....	1300
6. Procedimentos de avaliação .....	1308
7. Relatório.....	1321

**DIRETRIZES BÁSICAS DE PROTEÇÃO  
RADIOLÓGICAS**

1. Objetivo e campo de aplicação.....	1335
2. Generalidades.....	1335
3. Definições e siglas.....	1336
4. Responsabilidades gerais em práticas e intervenções .....	1341
5. Requisitos para práticas .....	1342
6. Requisitos para intervenção .....	1351
7. Disposições transitórias .....	1353

<b>Apêndice 10</b> – Enunciados da I Jornada de Direito da Seguridade Social do STJ/CJF .....	1437
---	------

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>1469</b>
--------------------------	-------------

<b>ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....</b>	<b>1471</b>
---	-------------